



**ESTRATÉGIAS DE BENEFÍCIO MÚTUO E PEQUENAS AÇÕES
PARA GRANDES IMPACTOS NAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

[HTTP://WWW.NOPLANETB.NET/](http://www.noplanetb.net/)
[PT.NOPLANETB.NET](http://pt.noplanetb.net)

Anexo III

Modelo contrato apoio financeiro a terceiras partes



UM ÚNICO PLANETA PARA TODOS



Contrato de apoio financeiro à parte terceira
Sob o projeto financiado pela UE:
"There isn't a PLANet B! Estratégias de benefício mútuo e pequenas ações para grandes impactos nas alterações climáticas" –
Código de projeto: CSO-LA/2017/388-137

Número de Subcontrato: **Portugal/388137/2018/número progressivo** (o "Contrato")

Nome do parceiro + endereço oficial completo

(a "Autoridade Adjudicante")

de uma parte

e

Designação completa oficial da organização adjudicada

Estatuto legal

Endereço oficial completo

(deste ponto em diante o "Coordenador")

da outra parte,

e

Designação oficial completa da eventual organização ou organizações parceiras

Estatuto legal

Endereço oficial completo

(deste ponto em diante "Outras Partes")

acordaram nas seguintes disposições:

A - FINALIDADE, DURAÇÃO E MONTANTE DO CONTRATO

Artigo 1 - Finalidade

- 1.1 O presente Contrato tem por objeto a adjudicação de apoio financeiro à parte terceira (subconcessão) pela Autoridade Adjudicante para financiar a execução do projeto designado **nome do Projeto** (o "Projeto"), descrito no Anexo I.
- 1.2 Ao(s) Beneficiário(s) será adjudicada a concessão nos termos e condições estabelecidos neste contrato, no qual o(s) beneficiário(s), declara que tem conhecimento e aceita os mesmos.
- 1.3 O(s) beneficiário(s) aceita a concessão e compromete-se a ser responsável pela realização do Projeto.

Artigo 2 - Período de implementação do Projeto

- 2.1 O presente Contrato entra em vigor na data de **31 de outubro, 2018**.
- 2.2 A execução do Projeto terá início em **1 de novembro, 2018**.
- 2.3 O período de execução do Projeto, como definido no Anexo I, é de **número de meses**.
- 2.4. O período de execução deste contrato terminará quando o pagamento do saldo final for realizado pela Autoridade Adjudicante, e, em qualquer caso, o mais tardar até 18 meses após o fim do período da execução.



UM ÚNICO PLANETA PARA TODOS



Artigo 3 - Financiamento do Projeto

- 3.1 Os custos totais elegíveis são estimados em **EUR indicar montante**, como definido no Anexo II - Orçamento.
- 3.2 A Autoridade Adjudicante assume o financiamento de um montante máximo de **EUR indicar montante** correspondendo a um máximo de **XXX%** dos custos elegíveis, como verificado e aprovado no relatório financeiro final.
- 3.3 Em caso algum, pode a Autoridade Adjudicante aumentar o montante da contribuição definida no artigo 3.2

B - DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Artigo 4 - Disposições gerais

- 4.1 Este Contrato e os pagamentos indexados ao mesmo poderão não ser atribuídos à parte terceira, de forma alguma, sem o consentimento prévio, por escrito, da Autoridade Adjudicante.
- 4.2 O(s) Beneficiário(s) deverá(ão):
 - a) Realizar o Projeto conjunta e solidariamente com a Autoridade Adjudicante, tomando todas as medidas necessárias e razoáveis para assegurar que o Projeto é executado em concordância com a "Descrição do Projeto", no Anexo I, e os termos e condições deste Contrato. Para esta finalidade, o(s) Beneficiário(s) deverá executar o Projeto com a necessária atenção, eficiência, transparência e zelo, em sintonia com o princípio de uma gestão financeira adequada e com a aplicação das melhores práticas;
 - b) Ser responsável pelo cumprimento de qualquer obrigação estabelecida por este Contrato, conjunta ou individualmente;
 - c) Enviar ao Coordenador a informação necessária para redigir os relatórios, demonstrações financeiras e outra informação ou documento requeridos por este Contrato e pelos seus anexos, bem como qualquer informação necessária na eventualidade de auditorias, verificações, monitorizações ou avaliações;
 - d) Assegurar que toda a informação fornecida e pedidos realizados à Autoridade Adjudicante são enviados através do Coordenador;
 - e) Concordar com as disposições internas adequadas para a coordenação interna e representação do(s) Beneficiário(s) face à Autoridade Adjudicante para qualquer assunto relativo a este Contrato, consistentes com as disposições do mesmo Contrato e em conformidade com a legislação aplicável.
- 4.3 O Coordenador deverá:
 - a) Monitorizar para garantir que o Projeto é implementado em conformidade com este Contrato e assegurar a coordenação com todos os beneficiários;
 - b) Ser o intermediário em todas as comunicações entre o(s) Beneficiário(s) e a Autoridade Adjudicante;
 - c) Ser responsável por fornecer todos os documentos e informação, que possam ser requeridos sob este Contrato à Autoridade Adjudicante, especificamente em relação aos relatórios descritivos e aos pedidos de pagamento. Caso seja necessária informação do(s) Beneficiário(s), o Coordenador é responsável pela obtenção, verificação e consolidação desta informação antes de a transmitir à Autoridade Adjudicante. Toda a informação facultada, assim como qualquer pedido feito pelo Coordenador à Autoridade Adjudicante, será considerada como fornecida em acordo com o(s) Beneficiário(s);
 - d) Informar a Autoridade Adjudicante de qualquer evento que possa afetar ou atrasar a realização do Projeto;
 - e) Informar a Autoridade Adjudicante de qualquer alteração jurídica, financeira, técnica, organizacional ou situação dominial de qualquer Beneficiário, bem como qualquer alteração de nome, endereço postal ou representante legal de qualquer Beneficiário;



- f) Ser responsável por facultar qualquer documentação necessária, incluindo as contas do(s) Beneficiário(s), cópias dos documentos de apoio mais relevantes, na eventualidade de auditorias, verificações, monitorizações ou avaliações;
- g) Ter total responsabilidade financeira para assegurar que o Projeto é realizado em conformidade com este Contrato;
- h) Efetuar os pedidos de pagamento em conformidade com o Contrato;
- i) Ser o único destinatário, em nome do(s) Beneficiário(s), dos pagamentos da Autoridade Adjudicante. O Coordenador deverá assegurar que os pagamentos serão realizados ao(s) Beneficiário(s), sem atraso injustificado;
- j) Não delegar qualquer, ou parte, destas tarefas ao(s) Beneficiário(s) ou a outras entidades.

Artigo 5 – Apresentação de relatórios e pagamentos acordados

- 5.1 O(s) Beneficiário(s) deverá facultar à Autoridade Adjudicante, toda a informação relativa à realização do Projeto. Com esse propósito, o(s) Beneficiário(s) fornecerá os relatórios descritivos e financeiros para descrever a execução do Projeto, respeitando os modelos fornecidos no Anexo III (Modelo de relatório descritivo) e no Anexo IV (Modelo de relatório financeiro). Os relatórios deverão ser redigidos de forma a permitir a monitorização do(s) objetivo(s), dos meios previstos ou utilizados e dos detalhes do orçamento do projeto.
- 5.2 Os relatórios deverão abranger o Projeto como um todo, independentemente de qual é a parte financiada pela Autoridade Adjudicante e incluir todos os relatórios, publicações, comunicados de imprensa e atualizações relevantes relacionados com o Projeto. Os comprovativos de transferências e provas de posse dos recursos eventualmente comprados no âmbito do Projeto, deverão ser incluídas no relatório final.
- 5.3 A Autoridade Adjudicante poderá requerer informação adicional a qualquer momento. O Coordenador deverá facultar essas informações no prazo de 30 dias após o pedido.
- 5.4 Os relatórios irão abranger períodos de seis meses (deste ponto em diante designados por "períodos de reporte") e deverão ser submetidos até 15 dias depois de cada período de reporte, acompanhados pelos pedidos de pagamento:
 - a) Quando o período de reporte, até ao fim do projeto, é de até 9 meses, o relatório deverá abranger a totalidade do período e o projeto na sua totalidade;
 - b) Caso o Coordenador não consiga apresentar os relatórios nos 30 dias seguintes ao termo do período de reporte, informará a Autoridade Adjudicante dos motivos e apresentará um resumo dos progressos do projeto;
 - c) Os pedidos de pagamento deverão incluir o montante solicitado a ser transferido.
- 5.5 Os procedimentos de pagamento serão os seguintes:
 - a) Um pré-financiamento inicial de 100% da contribuição solicitada à Autoridade Adjudicante para o primeiro período de reporte (conforme detalhado no Anexo II) será transferido após a assinatura do Contrato;
 - b) Os outros pagamentos de pré-financiamento serão de 100% da contribuição solicitada à Autoridade Adjudicante nos seguintes períodos de reporte, transferidos no prazo de 30 dias após a receção do pedido de pagamento pela Autoridade Adjudicante. Se o montante da contribuição indicado no relatório financeiro anterior for inferior a 80%, o pagamento do pré-financiamento adicional será calculado e reduzido considerando o(s) montante(s) não gasto(s).
 - c) O montante total dos pagamentos de pré-financiamento não deve ser superior a 90% do montante total da contribuição, estabelecido no Artigo 3.1.
 - d) O saldo do montante final deve ser transferido após a aprovação dos relatórios financeiros e descritivos finais.

Os prazos para os pagamentos podem ser suspensos mediante notificação do Coordenador indicando que são necessários esclarecimentos, modificações ou informações adicionais aos relatórios descritivos ou financeiros.

O pagamento das prestações não implicará o reconhecimento/verificação da regularidade ou da autenticidade, da integralidade e da exatidão das declarações e informação facultadas.



- 5.6 Se o Coordenador não fornecer qualquer relatório ou não fornecer quaisquer informações adicionais solicitadas pela Autoridade Adjudicante no prazo estabelecido, sem qualquer explicação aceitável e por escrito, a Autoridade Adjudicante pode rescindir o Contrato e recuperar os montantes já pagos e não fundamentados.

Artigo 6 - Responsabilidade

- 6.1 A Autoridade Adjudicante não pode, em caso algum ou por qualquer razão, ser responsabilizada por danos ou prejuízos sofridos pelos colaboradores ou bens do Beneficiário durante o período de execução do Projeto ou em consequência do Projeto. A Autoridade Adjudicante não pode, portanto, aceitar qualquer pedido de indemnização ou de aumento do pagamento das prestações relacionado com esses danos ou prejuízos.
- 6.2 O Beneficiário assumirá a responsabilidade exclusiva perante terceiros partes, incluindo a responsabilidade por danos ou prejuízos de qualquer natureza por eles sofridos, enquanto o Projeto estiver a ser realizado ou como consequência do mesmo. O Beneficiário exonerará a Autoridade Adjudicante de toda a responsabilidade decorrente de qualquer reclamação ou ação impetrada como resultado de uma infração pelo Beneficiário ou pelos seus colaboradores ou pessoas a título individual, sobre os quais esses funcionários são responsáveis, por regras ou regulamentos, ou como resultado de violação de direitos da parte terceira.

Artigo 7 - Conflito de interesses e boa conduta

- 7.1 O(s) Beneficiário(s) tomará(ão) todas as medidas necessárias para prevenir ou eliminar qualquer situação que possa comprometer a execução imparcial e objetiva deste Contrato. O conflito de interesses pode surgir em particular como resultado de interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou emocionais, ou de qualquer outra ligação relevante ou interesse partilhado.
- 7.2 Qualquer conflito de interesses que possa surgir durante a execução deste Contrato deve ser notificado por escrito à Autoridade Adjudicante, sem demora. Em caso de conflito, o Coordenador deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para resolvê-lo.
- 7.3 A Autoridade Adjudicante reserva-se o direito de verificar se as medidas tomadas são adequadas e pode exigir a execução de medidas adicionais, se necessário.
- 7.4 O(s) Beneficiário(s) deve(m) garantir que os seus colaboradores, incluindo os seus gestores, não se encontram numa situação que possa dar origem a conflitos de interesses. Sem detrimento das obrigações que lhe são incumbidas por força do presente Contrato, o(s) Beneficiário(s) deverá(ão) substituir, imediatamente e sem compensação da Autoridade Adjudicante, qualquer membro do seu quadro de colaboradores nessa situação.

Artigo 8 - Confidencialidade

- 8.1 A Autoridade Adjudicante e o Beneficiário(s) comprometem-se a preservar a confidencialidade de qualquer informação, independentemente da sua forma, divulgada por escrito ou oralmente, em relação à implementação deste Contrato, e identificando-a por escrito como sendo confidencial, durante pelo menos 5 anos após o pagamento do saldo final.
- 8.2 O(s) Beneficiário(s) não utilizará informações confidenciais para fins diferentes do cumprimento das suas obrigações nos termos do presente Contrato, salvo acordo contrário com a Autoridade Adjudicante.
- 8.3 Mesmo que a Comissão Europeia não seja a Autoridade Adjudicante, deve ainda ter acesso a todos os documentos comunicados à Autoridade Adjudicante e manter o mesmo nível de confidencialidade.

Artigo 9 - Visibilidade



- 9.1 O(s) Beneficiário(s) devem tomar todas as medidas necessárias para divulgar o facto de que a União Europeia cofinanciou o Projeto.
- 9.2 Em particular, o Beneficiário deve mencionar o Projeto, a Autoridade Adjudicante e a contribuição financeira da União Europeia nas informações prestadas aos destinatários finais do Projeto, nos relatórios internos e anuais e em quaisquer contactos com os meios de comunicação social. Deverá exibir o logótipo da UE (disponível nesta hiperligação http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/flag/index_en.htm) sempre que adequado (por exemplo, folhetos, brochuras, publicações, website).
- 9.3 Qualquer comunicação ou publicação do Beneficiário(s) sobre o Projeto, incluindo as que forem facultadas numa conferência ou seminário, deve especificar que o Projeto recebeu financiamento da UE. Qualquer publicação do Beneficiário(s), sob qualquer forma e por qualquer meio de comunicação, incluindo a Internet, deve incluir a seguinte declaração: *"este original foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade de < Nome do (s) Beneficiário(s) >; e não pode, em circunstância alguma, ser considerada como refletindo a posição da União Europeia."*
- 9.4 O Beneficiário autoriza a Autoridade Adjudicante e a Comissão Europeia a publicar o seu nome e endereço, nacionalidade, o objetivo do Projeto, duração e localização, bem como o montante do apoio financeiro e a taxa de financiamento.
- 9.5 O(s) Beneficiário(s) só pode divulgar qualquer material de visibilidade e comunicação após prévia autorização por escrito da Autoridade Adjudicante.

Artigo 10 - Propriedade/Utilização de resultados e ativos

- 10.1 Direito de propriedade, de designação, de propriedade intelectual e industrial, dos resultados do Projeto, relatórios e outros documentos relacionados com o mesmo serão transferidos para o(s) Beneficiário(s). Contudo, o(s) Beneficiário(s) aceita conceder à Autoridade Adjudicante e à Comissão Europeia o direito de utilização gratuita, livre e como lhe aprouver, e, em especial, de armazenar, modificar, traduzir, expor, reproduzir, através de qualquer procedimento técnico, de publicar ou comunicar por qualquer meio, todos os documentos resultantes do Projeto, seja qual for a sua forma, desde que não viole os direitos de propriedade industrial e intelectual existentes.
- 10.2 O(s) Beneficiário(s) deve(m) garantir que tem(êm) todos os direitos de usar quaisquer direitos de propriedade intelectual pré-existentes necessários para implementar este Contrato.
- 10.3 Caso figurem numa fotografia ou num filme pessoas reconhecíveis individualmente, o Coordenador deve, no relatório final à Autoridade Adjudicante, conservar - juntamente com todos os outros documentos comprovativos - uma declaração dessas pessoas, autorizando a utilização descrita das suas imagens. Este princípio não se refere, contudo, a fotografias tiradas ou a filmes filmados em locais públicos em que membros aleatórios do público são identificáveis apenas hipoteticamente como pessoas públicas que atuam nas suas atividades públicas.
- 10.4 Os veículos, equipamentos e quaisquer outros ativos pagos pelo Orçamento do Projeto, serão transferidos para os beneficiários finais, o mais tardar aquando da apresentação do relatório final. Caso não haja beneficiários finais a quem transferir os ativos, o Coordenador deve apresentar um pedido escrito, fundamentado, à Autoridade Adjudicante, com um inventário dos itens em questão e uma proposta relativa à sua utilização, em tempo útil. Em nenhum caso, o uso final pode comprometer a sustentabilidade do Projeto ou resultar em lucro para o(s) Beneficiário(s).

Artigo 11 - Avaliação/Monitorização do Projeto

- 11.1 Se a Autoridade Adjudicante e/ou a Comissão Europeia realizarem uma avaliação intercalar, ou a avaliação *a posteriori* ou uma missão de monitorização, o Coordenador deverá empreender para fornecer aos mesmos e/ou a pessoas autorizadas, os documentos ou a informação necessários para a avaliação ou missão de monitorização.



Artigo 12 – Emenda do Contrato

12.1 A Autoridade Adjudicante deve ser informada, por escrito, para o email noplanetb@ami.org.pt, pelo Coordenador, de qualquer alteração a este contrato, incluindo atividades, resultados e orçamento do Projeto, pelo menos 20 dias antes da entrada em vigor das alterações.

A Autoridade Adjudicante reserva-se o direito de solicitar ao Coordenador qualquer esclarecimento ou informação adicional sobre a alteração sugerida. A alteração sugerida deverá ser revista e eventualmente aprovada ou rejeitada. Justificações adequadas serão fornecidas para motivar a rejeição.

12.2 A emenda pode não ter o propósito ou o efeito de fazer alterações neste Contrato, que possam questionar a decisão de concessão da subvenção, nem de infringir a igualdade de tratamento dos requerentes. A subvenção máxima referida no artigo 3.2 não pode ser aumentada.

12.3 O Coordenador informará a Autoridade Adjudicante, sem demora, de qualquer circunstância susceptível de dificultar ou atrasar a execução do Projeto. O Coordenador pode solicitar um prolongamento do período de implementação do Projeto (conforme o artigo 2.3). O pedido deve ser apresentado, para aprovação, pelo menos 20 dias antes do final do período de implementação e deve ser acompanhado de todos os documentos comprovativos necessários para justificar a extensão do período de implementação.

Artigo 13 - Regras de Aquisição

13.1 Se a execução do Projeto requer aquisição pelo Beneficiário, o contrato deve ser adjudicado à proposta economicamente mais vantajosa (ou seja, à que apresentar a melhor relação preço-qualidade), tendo o cuidado de evitar quaisquer conflitos de interesse. Os documentos comprovativos serão conservados para fornecer evidências da responsabilidade do processo.

Artigo 14 - Rescisão do Contrato

14.1 A Autoridade Adjudicante pode rescindir o Contrato, mediante um pré-aviso de sete dias e sem pagar qualquer indemnização:

- a) Caso o(s) Beneficiário(s) não cumpra, sem justificação, qualquer uma das obrigações que lhe está incumbida e, após receber notificação por escrito para cumprir essas obrigações, não o faça ou forneça uma explicação satisfatória dentro de 30 dias do envio da comunicação escrita;
- b) Quando o(s) Beneficiário(s) está falido(a) ou em liquidação, tem os seus negócios administrados pelos tribunais, celebrou um acordo com credores, suspendeu atividades comerciais, é objeto de processos relativos a esses assuntos ou está em qualquer situação análoga de um procedimento semelhante previsto na legislação ou regulamentação nacional;
- c) Sempre que a Autoridade Adjudicante tenha elementos de prova sobre o(s) Beneficiário(s) ou qualquer entidade ou pessoa com ele relacionada, de falta grave em matéria profissional; isto também se aplica aos funcionários e agentes do(s) Beneficiário(s);
- d) Caso a Autoridade Adjudicante tenha elementos de prova sobre o(s) Beneficiário(s) ou qualquer entidade ou pessoa com ele relacionada, sobre fraude, corrupção, participação numa organização criminoso ou qualquer outra atividade ilegal que prejudique os interesses financeiros da União Europeia; isto também se aplica aos funcionários e agentes do Beneficiário(s);
- e) Sempre que o(s) Beneficiário(s) altere(m) a personalidade jurídica, em caso de alteração da situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade de um Beneficiário ou cessação da participação de um Beneficiário(s) que afete substancialmente a execução do Contrato ou põe em causa a decisão de atribuição das subvenções, sem informar a Autoridade Adjudicante;
- f) Quando o Beneficiário fizer declarações falsas ou incompletas para obter a subconcessão prevista no Contrato ou fornecer relatórios que não reflitam a realidade;



- g) Quando o Beneficiário não tenha cumprido as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a Segurança Social e ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que está estabelecido;
- h) Quando a Autoridade Adjudicante tiver provas sobre o(s) Beneficiário(s) ou sobre qualquer entidade relacionada, de erros substanciais, irregularidades ou fraude no processo de adjudicação ou na execução da subvenção;
- i) Quando a Autoridade Adjudicante tem provas de que o(s) Beneficiário(s) está sujeito a um conflito de interesses.

14.2 Em casos devidamente justificados, a participação de um Beneficiário(s) neste Contrato também poderá ser rescindida pelo Coordenador. Para o efeito, o Coordenador comunica à Autoridade Adjudicante os motivos da cessação da sua participação e a data em que a rescisão produz efeitos, bem como a proposta sobre a reatribuição das tarefas do(s) Beneficiário(s) cuja participação está terminada ou em possível substituição. Se a Autoridade Adjudicante concordar, o Contrato deve ser alterado em conformidade.

Artigo 15. - Lei aplicável e resolução de litígios

15.1 O Contrato rege-se pela lei do país da Autoridade Adjudicante. As partes devem fazer todo o possível para resolver amigavelmente qualquer litígio durante a execução do Contrato. Em caso de falha dos procedimentos acima indicados, cada uma das partes deste Contrato pode submeter o litígio perante os tribunais do país da Autoridade Adjudicante.

C - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 16 – Custos diretos elegíveis

16.1. Os custos elegíveis são os custos efetivamente incorridos pelo Beneficiário, respeitando cumulativamente os seguintes critérios:

- a) São incorridos durante a execução do Projeto conforme especificado no artigo 2 deste Contrato;
- b) São indicados no orçamento geral do Projeto (Anexo II);
- c) São necessários para a execução do Projeto;
- d) São identificáveis e verificáveis, em particular sendo registados nos registos contabilísticos do(s) Beneficiário(s) e determinados de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal;
- e) Obedecem aos requisitos das normas fiscais e laborais aplicáveis;
- f) São razoáveis, justificados e obedecem aos requisitos de boa gestão financeira, em particular no que diz respeito à economia e eficiência.

16.2 Sujeito ao acima exposto, serão elegíveis os seguintes custos diretos do(s) Beneficiário(s) e seus parceiros :

- Os custos com recursos humanos afetos ao Projeto, correspondente aos salários brutos reais, incluindo os encargos da Segurança Social e outros custos relacionados com remunerações; os salários e custos não devem exceder os normalmente suportados pelo(s) Beneficiário(s);
- Despesas de deslocação e subsistência, para os recursos humanos e outras pessoas que participam no Projeto, desde que sejam custos reais acompanhados de documentos comprovativos;
- Custos de aquisição de bens e equipamentos (novos ou usados) e serviços, especificamente para os propósitos do Projeto;
- Custos de consumíveis;
- Custos de serviços, fornecimentos e contratos de trabalho adjudicados pelo(s) Beneficiário(s) para efeitos da implementação do Projeto.

16.3 Não serão elegíveis os seguintes custos:

- Encargos financeiros e bancários;



- Dívidas e encargos do serviço da dívida (juros);
- Provisões para perdas ou potenciais passivos futuros;
- Custos declarados pelo Beneficiário e financiados por doadores ou por outros projetos financiados pela UE;
- Aquisições de terrenos ou de edifícios;
- Compra de veículos, salvo se demonstrar que a compra é necessária para efeitos de implementação do Projeto;
- Arrendamento de escritório, salvo se o requerente puder demonstrar que o arrendamento de escritório adicional e específico é necessário para efeitos da execução do Projeto;
- Impostos, incluindo o IVA, a menos que o(s) Beneficiário(s) possa demonstrar que não pode recuperá-los;
- Crédito a partes terceiras;
- Contribuições em espécie (por exemplo, valorização de equipamentos existentes, doações, trabalho em regime de voluntariado, etc.)

Artigo 17 - Contas e verificações técnicas e financeiras

- 17.1 O(s) Beneficiário(s) deve(m) manter uma contabilidade precisa e regular da implementação do Projeto. As contas podem ser parte integrante do sistema regular do(s) Beneficiário(s) ou um complemento desse sistema. Devem ser executadas de acordo com as políticas e as regras de escrita fiscal e de contabilidade que se aplicam no país em questão. Contas e as despesas relacionadas com o Projeto devem ser facilmente identificáveis e verificáveis.
- 17.2 O(s) Beneficiário(s) deve(m) autorizar a realização de verificações pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude, pelo Tribunal de Contas Europeu e por qualquer auditor externo autorizado pela Autoridade Adjudicante. O(s) Beneficiário(s) tem de tomar todas as medidas para facilitar o seu trabalho.
- 17.3 O(s) Beneficiário(s) deve(m) manter todos os registos de contabilidade e documentos comprovativos, relacionados com este Contrato, por cinco anos após o pagamento do saldo final e, no caso de qualquer auditoria, verificação, recurso, litígio ou busca de reivindicação em curso ter sido eliminados. Todos os documentos comprovativos devem estar disponíveis na forma original, incluindo em formato eletrónico ou como cópia.
- 17.4 Os seguintes documentos devem ser mantidos originais e enviados como cópias certificadas¹ para a Autoridade Adjudicante com todos os relatórios financeiros, para a auditoria a ser realizada nas instalações da Autoridade Adjudicante:
- Provas de compromisso, tais como contratos e formulários de encomenda;
 - Provas de prestação de serviços, tais como relatórios aprovados, folhas de horas de trabalho, bilhetes de transporte, prova de participação em seminários, conferências e cursos de formação (incluindo documentação relevante e material obtido, certificados), etc.;
 - Provas de recepção de mercadorias, tais como guias de entrega de remessa de fornecedores;
 - Provas de compras, tais como as faturas e recibos;
 - Provas de pagamento tais como extratos bancários, notas de débito, provas de liquidação pelo contratante;
 - Provas que impostos e/ou IVA pagos, não podem ser recuperados;
 - Para despesas de combustível e óleo, uma lista resumida da distância percorrida, o consumo médio dos veículos utilizados, custos de combustível e custos de manutenção;
 - Recursos humanos e registos de vencimento, tais como contratos, declarações de salário, folhas de horas de trabalho. Para os funcionários recrutados em contratos a termo, detalhes da

¹ Por cópias certificadas entende-se que são cópias dos originais carimbadas e assinadas (ou rubricadas) pelo Gestor Financeiro/CFO/Representantes legais dos Beneficiários.



remuneração paga, devidamente fundamentada pela pessoa encarregada localmente, discriminados em salário bruto, encargos sociais, seguros e salário líquido.

- 17.5 O não cumprimento das obrigações descritas no artigo 17 constitui um caso de violação de uma obrigação substancial sob este Contrato. Neste caso, a Autoridade Adjudicante pode, em particular, suspender o contrato, rescindir o contrato e/ou reduzir a subvenção.

Artigo 18 - Montante final da sub-concessão

- 18.1 A subvenção não pode exceder o limite máximo mencionado no artigo 3.2, quer em termos de valor absoluto quer da percentagem aí indicada. Se os custos elegíveis do Projeto no final do Projeto forem inferiores aos custos estimados, a subvenção será limitada ao montante calculado mediante a aplicação da percentagem de contribuição descrita no artigo 2.
- 18.1 Caso o Projeto seja implementado de forma deficiente ou parcial, a Autoridade Adjudicante pode reduzir a subvenção inicial de acordo com a execução efetiva do Projeto. O mesmo se aplica também no que diz respeito às obrigações de visibilidade (artigo 9).
- 18.2 A subvenção não pode gerar lucros para o(s) Beneficiário(s). O lucro é definido como um excedente das receitas sobre os custos elegíveis aprovados pela Autoridade Adjudicante quando o pedido de pagamento do saldo final é efetuado.

Artigo 19 - Proteção de dados

- 19.1 Todas as partes declaram realizar e obrigar a cumprir as determinações do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral de Proteção de Dados), e na demais legislação aplicável que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, nacionais e comunitários.
- 19.2 Comprometem-se a tratar de forma confidencial e exclusiva os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente Contrato e apenas para os fins previstos neste.

Artigo 20 - Contactos

- 20.1 Qualquer comunicação referente a este Contrato deverá ser realizada por escrito, indicar o número e designação do Projeto e ser enviada para os seguintes contactos:

Para a Autoridade Adjudicante

*Fundação AMI – Assistência Médica Internacional
Rua José do Patrocínio, 49, 1959-003 Lisboa*

*Andreia Carvalho - Departamento Internacional
noplanetb@ami.org.pt*

Para o Beneficiário

Detalhes de contacto completos + nome e email da pessoa de contacto



Artigo 21 – Anexos ao presente Contrato

21.1 Os seguintes documentos estão anexados ao presente Contrato e são parte integrante do mesmo:

- Anexo I: Descrição do Projeto (Formulário de candidatura aprovado)
- Anexo II: Orçamento do Projeto
- Anexo III: Modelo de relatório(s) descritivo(s)
- Anexo IV: Modelo de relatório(s) financeiro(s)
- Anexo V: Formulário de identificação financeira

O Beneficiário

Nome

Título

Assinatura

Data

A Autoridade Adjudicante

Nome

Título

Assinatura

Data



UM ÚNICO PLANETA PARA TODOS

